

O que vai em terra reflete nas águas What happens on earth reflects on water

Maria Cristina Maneschy¹
Celeste Ferreira Lourenço²
Jimnah Henkel³

Resumo: Este artigo apresenta uma reflexão sobre os problemas que os pescadores artesanais enfrentam no acesso às condições básicas de produção na pesca, em diferentes áreas do estado do Pará, o que envolve desde as dificuldades de acesso aos territórios pesqueiros, como também informações, conhecimentos, meios de produção e comercialização, organização da categoria e representatividade política. Toma por base um levantamento realizado pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE, Pará) em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), junto às sessenta e cinco Colônias de Pesca existentes em outubro de dois mil e um, do qual participaram as autoras deste artigo. A reflexão aqui conduzida fundamenta-se, principalmente, em entrevistas realizadas com dirigentes de organizações de pescadores, paralelamente ao referido estudo, que objetivaram apreender as percepções e proposições desses agentes sobre diversos processos sociais que incidem sobre a categoria socioprofissional e suas comunidades. As entrevistas ressaltaram as interseções entre os processos sociais de uso e apropriação das terras e das águas. Com efeito, em áreas interioranas, reproduzem-se antigas práticas de anexar trechos de rios ou lagos por parte de proprietários de terras adjacentes. Muitos entrevistados acentuam as modificações ambientais decorrentes de barragens, atividades mineradoras ou agropecuárias que têm alterado a fauna aquática e reduzido a produtividade pesqueira. Apropria-se o repovoamento de rios, a difusão da aquicultura como alternativa de renda para as comunidades ribeirinhas e, também, o efetivo controle sobre os desmatamentos e as pescas predatórias. Os pescadores, portanto, experimentam cotidianamente os efeitos dos usos contraditórios dos recursos naturais e da inexistência da propalada gestão integrada dos ecossistemas.

Palavras-chave: Pesca artesanal, Colônia de pescadores, Ambiente, Pará, Brasil.

Abstract: This article discusses the problems that fisherman face regarding the access to basic working conditions, in several areas of the state of Pará (northern Brazil). The situation involves difficulties in accessing fishing areas, access to information, knowledge, means of production and commercialization, as well as social organization and lack of political voice. The data is based upon a survey undertaken by the National State Employment System (Sistema Nacional de Emprego - SINE/Pará) with the collaboration of the Universidade Federal do Pará (UFPA), within the 65 fishermen colonies (Colônias de Pesca) in the State of Pará, in 2001. The authors of this paper have participated in the survey. Simultaneously to the survey fieldwork, interviews with leaders of colonies and fishermen associations were conducted in order to apprehend their perceptions and propositions regarding the social processes that affect the professional category and their communities. These interviews have underlined the links between the social uses of land and water resources and their appropriation. As a matter of fact, in several areas landowners reproduce ancient practices of incorporating parts of the river courses or lakes to their properties. Many interviewees have pointed out environmental change caused by damming, mining or farming have depleted the aquatic fauna and reduced fishing productivity. The associations propose replenishing the rivers, aquaculture incentives and effective control against deforestation and predatory fishing. Small scale fishers experience everyday the effects of the contradictory uses of natural resources and the absence of an integrated ecosystem management regimes.

Key words: Small scale fishing, Environment, Fishermen colonies, Pará State, Brazil.

¹ UFPA - Universidade Federal do Pará. Professora (cristina@ufpa.br).

² SINE - Sistema Nacional de Emprego - PA (celeste_lourenço@yahoo.com.br).

³ SINE - Sistema Nacional de Emprego - PA (jimnahenkel@yahoo.com.br).

INTRODUÇÃO

A pesca no estado do Pará é um setor de grande importância, tanto do ponto de vista econômico quanto social. Com seus dois segmentos produtivos – artesanal e industrial – esse estado desponta no início do século XXI como um dos principais produtores de pescado no Brasil (IBAMA, 2003). Na Amazônia como um todo, trata-se de uma atividade praticada pelos habitantes mais antigos da região, conforme diversos achados arqueológicos.

Pode-se relacionar o desempenho dessa atividade à abundância das águas na região, em áreas continentais, estuarinas e marinhas. No interior dessas áreas, há grande diversidade de ambientes, com diferentes potenciais pesqueiros. No caso da zona estuarina e costeira, destaca-se a influência da descarga dos grandes rios, sobretudo o Amazonas, em seu vasto estuário, que contribui de modo decisivo para a fertilidade das águas ao largo da costa Norte do Brasil. Os extensos manguezais das zonas costeiras, por sua vez, desempenham papel fundamental na dinâmica dos ecossistemas e propiciam consideráveis quantidades de crustáceos e moluscos consumidos pelas populações locais e extra-regionais. No que se refere às águas interiores, os muitos lagos, as áreas de várzeas, os rios e cursos de água de diferentes características compõem ambientes que são explorados pelas populações de maneira sazonal ou permanente.

A referência à geografia, evidentemente, não implica adesão ao determinismo ambiental como fator explicativo das ações humanas sobre a natureza. São as sociedades, com seus padrões culturais, que atribuem valores distintos ao meio ambiente, ao que nossa sociedade considera natureza e, mais especificamente, recurso natural e recurso pesqueiro, termos estes que exprimem relações de

tipo instrumental com os elementos ambientais. A esse respeito, é oportuno lembrar a afirmação de A. Geisdoerfer (1985), em texto no qual discute a abordagem da subdisciplina *Antropologia Marítima*: "...a pesca pode ser uma página mais ou menos longa da história das coletividades costeiras". Ou, então, a conhecida assertiva de M. Godelier (1984, p. 51), estudioso das racionalidades dos sistemas econômicos: "É necessário analisar mais de perto os sistemas de representação que os indivíduos e os grupos, membros de uma sociedade determinada, fazem de seu ambiente; posto que é a partir dessas representações que eles agem sobre o ambiente". De fato, na Amazônia, como em outras regiões pesqueiras no mundo, grupos sociais muito diversos praticaram a pesca, com sentidos, ritmos e tecnologias distintas. Diversos são os estudos que permitem afirmar que a pesca tem sido aqui uma longa página de sua história, como Furtado (1987) e Loureiro (1985).

A *Pesca na Amazônia*⁴ tem recebido cada vez mais atenção de estudiosos no campo das ciências sociais, conforme atesta uma já razoável literatura, a exemplo de Diegues (1995), L. Furtado (1987), A. F. Mello (1985), V. Loureiro (1985), W. Leitão (1997), dentre outros. Reconhece-se, no entanto, a necessidade de mais pesquisas que dêem conta de sua diversidade, do ponto de vista social, histórico e ambiental. O propósito deste artigo é refletir sobre os problemas que os pescadores artesanais enfrentam, cotidianamente, para terem acesso aos espaços e aos recursos pesqueiros, em diferentes regiões do estado. Para isso, toma por base um levantamento realizado pelo Sistema Nacional de Emprego (SINE-Pará), em parceria com a Universidade Federal do Pará, junto às sessenta e cinco Colônias de Pesca existentes no Pará em outubro de dois mil e um, de cuja execução participaram as autoras deste artigo (PARÁ. SETEPS,

⁴ O destaque refere-se ao título de célebre livro de José Veríssimo, publicado pela primeira vez em 1895 e republicado pela Universidade Federal do Pará em 1970.

2003)⁵. A reflexão aqui desenvolvida fundamenta-se, principalmente, em entrevistas realizadas com dirigentes de organizações de pescadores, conduzidas paralelamente ao referido levantamento, as quais objetivaram apreender as percepções e proposições desses agentes referentes a diversos processos sociais que incidem sobre a categoria socioprofissional e suas comunidades.

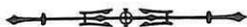
Como dito, uma problemática comum atravessa os depoimentos, a despeito das muitas variações em suas manifestações empíricas: o acesso às zonas de pesca. Tratam-se de zonas livres do ponto de vista jurídico formal e diversamente apropriadas pelos usuários diretos e indiretos, em particular as comunidades pesqueiras, que constituem seus territórios de pesca através de saberes, técnicas, instrumentos e práticas, geralmente aprendidas, modificadas e transmitidas por experiência. Todavia, as falas aqui analisadas indicam que a noção de acesso, neste caso, implica bem mais do que o *direito às águas*. Envolve também os direitos de acesso às terras e, por conseguinte, aos seus recursos e, ainda, uma ideal harmonização com os interesses de outros grupos sociais, que possuem distintos graus de poder político e econômico, que se traduzem, por sua vez, em práticas e urgências quanto aos recursos naturais.

Os pescadores e líderes de entidades profissionais entrevistados traçam uma série de conflitos em torno dos recursos haliêuticos, seja no que concerne aos territórios de pesca – livres em princípio – seja via controle ou apropriação indireta dos produtos dessa atividade ou, ainda, através de usos sociais contraditórios dos ecossistemas, que influem negativamente sobre as condições de vida e de trabalho dos pescadores. Portanto, os depoimentos enfocando as situações vividas pelos pescadores e

pescadoras em diferentes áreas do estado do Pará oferecem material de reflexão crítica sobre os padrões dominantes de interação entre sociedade e natureza e, em particular, sobre diferentes racionalidades que orientam as interações. Na perspectiva sociológica, como se sabe, a exemplo de M. Godelier (1984), a análise socioambiental diz muito sobre a sociedade em questão: "... passam ao primeiro plano da análise não mais as relações dos homens com a natureza, seus modos materiais de produção e de subsistência, suas diversas maneiras de explorar os recursos da natureza, mas as relações dos homens entre si, suas maneiras de cooperarem ou de se explorarem na apropriação da natureza" (p. 160). Mais adiante, considerando a crise ecológica, ele adverte: "Os usos do homem e os usos da natureza são ligados e não há crise do uso da natureza que não seja uma crise no modo de vida do homem". (p. 161)

Nos relatos dos dirigentes e dos pescadores identificaram-se diversos problemas que, para efeito de análise, foram agrupados por temas e dimensionados a partir da frequência com que foram referidos nas diversas áreas de pesca artesanal do estado do Pará. Assim, por ordem de importância, enumeraram-se os problemas ligados a questões organizacionais, vindo a seguir os de ordem socioambiental, os ligados à falta de visibilidade política dessa categoria socioprofissional, às dificuldades de usufruírem os benefícios sociais e as políticas públicas, à precariedade da infra-estrutura das entidades e, finalmente, à insegurança no desenvolvimento da atividade pesqueira. Inicialmente, apresenta-se um breve perfil dos pescadores e pescadoras que compuseram a amostra do estudo (PARÁ, SETEPS, 2003), informando o grau de dependência aos recursos pesqueiros e alguns indicadores de

⁵ O levantamento realizado pelo SINE-Pará cobriu uma amostra de 1215 pescadores filiados às Colônias, representando, aproximadamente, 2,5% do total de filiados. Segundo informações da Federação de Pescadores do Estado do Pará, 48.938 pescadores estavam inscritos nas colônias no ano de 2001.



cidadania dessa categoria profissional, através de dados como escolaridade, posse de documentação pessoal e nível de conhecimento de programas públicos de apoio à categoria.

SOBRE OS PESCADORES E AS PESCADORAS DO PARÁ

Antes de entrar na problemática específica deste estudo, é oportuno apresentar alguns elementos do perfil socioeconômico, com base na amostra de 1215 pescadores que compôs o levantamento realizado pelo SINE-Pará (PARÁ. SETEPS, 2003), na medida em que possibilitam uma melhor compreensão dos problemas e conflitos expressos nos depoimentos. Para isso, selecionaram-se alguns atributos pessoais, obtendo-se um cenário no qual vale notar a presença de um contingente de mulheres pescadoras filiadas às colônias e o baixo grau de escolaridade prevalente nesse grupo profissional:

- Cerca de 89% pertence ao sexo masculino e 11% ao sexo feminino.
- Aproximadamente 78% têm idade entre 30 e 59 anos. A maior concentração (31%) está na faixa etária de 40 a 49 anos.
- Apresentam reduzida escolaridade. A maioria (56%) registra entre 5 e 8 anos de estudo; 22% até 4 anos, enquanto que 21% não freqüentaram a escola.

Quanto ao desenvolvimento da atividade pesqueira, alguns aspectos podem ser sublinhados:

- Apenas 22% exercem a atividade de pesca individualmente; e entre os que a exercem conjuntamente com uma ou mais pessoas, 11% acompanham-se do cônjuge; 19% dos filhos; 18% por outro parente; e 42% por outras pessoas.

- A rede malhadeira e a canoa constituem-se nos equipamentos/instrumentos mais utilizados pelos pescadores, com ocorrências de 86% e 67%, respectivamente.

- Em consequência, a maioria das pescarias (54%) apresenta um tempo de duração de até 24 horas; entretanto, cerca de 40% praticam pescarias que podem durar de mais de um dia até duas semanas.

- 89% do produto destina-se à comercialização, 7% ao consumo próprio e 4% à doação ou troca por outros produtos.

- 23,5% auferem renda média mensal inferior ao salário mínimo e 34,2% entre 1 e 2 salários mínimos. Do restante, 34,8% auferem mais de 2 até 5 salários e apenas 7,5% alcançam rendimentos superiores a 5 salários mínimos.⁶

Os dados evidenciam a importância numérica de unidades produtivas envolvendo parentes e, ainda, o fato de que a grande maioria da produção pesqueira é direcionada à comercialização, constituindo-se, para a maioria, na principal fonte de renda monetária do lar. Tal condição foi declarada por 89% dos pescadores constituintes da amostra.

A partir de um quadro onde se constata o baixo nível de rendimento, o qual se agrava à época do defeso – quando a pesca das principais espécies comercializadas torna-se proibida para fins de proteção dos estoques - observou-se que parte desse segmento de trabalhadores desenvolve outras atividades econômicas além da pesca, como forma de complementação de sua renda. Observa-se, também, que o pluralismo ocupacional ocorre com mais intensidade entre as pescadoras, como se pode visualizar na Figura 1.

⁶ O valor do salário mínimo vigente à época do levantamento de campo era R\$ 180,00.

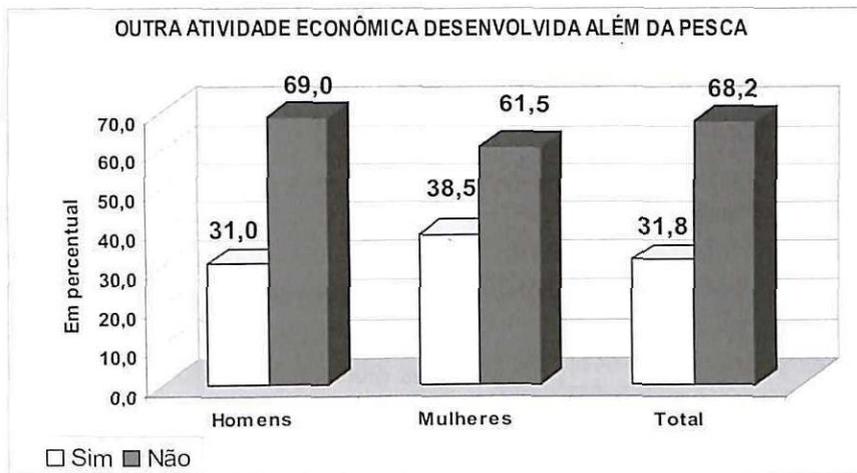


Figura 1. Intensidade do pluralismo econômico entre homens e mulheres.

Fonte: SETEPS/SINE-PA, 2003

Entre as atividades desenvolvidas, identificou-se uma diversidade de trabalhos (Figura 2), sendo os mais expressivos, considerando a sua freqüência entre os entrevistados: a agricultura, representando 24,2% do total; a extração e/ou venda de açaí, cuja participação era de 16,9%; o trabalho na construção civil, que ocupava 14,2%; os serviços gerais e o comércio varejista de mercadorias, com participações de 8,6% cada; o trabalho de confecção e conserto de

apetrechos de pesca (principalmente redes), ocupando cerca de 5,8%; o fretamento de barcos, com 3,6%; e, finalmente, a criação de animais de pequeno porte e a produção e venda de farinha de mandioca, alcançando cada uma cerca de 1,1% dos que têm outra ocupação remunerada além da pesca. Os 15,8% restantes informaram diversas atividades que, devido às pequenas freqüências apresentadas, foram agrupadas na categoria Outras atividades.

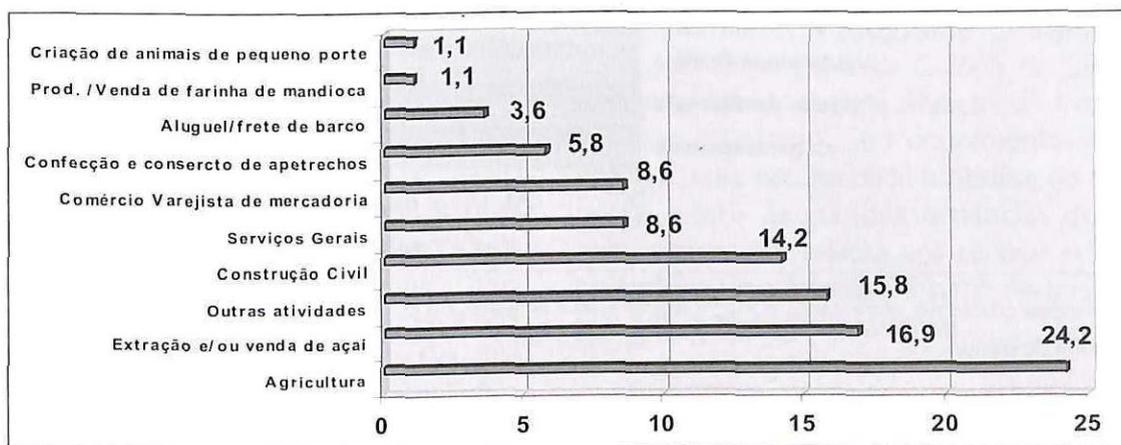


Figura 2. Principais atividades econômicas desenvolvidas além da pesca.

Fonte: SETEPS/SINE-PA, 2003.

Pelos dados apresentados, verifica-se o grau de importância da agricultura e do extrativismo que, em conjunto, ocupam 41% dos pescadores, os quais, além da pesca, exercem outra atividade remunerada.

No sentido de ampliar o foco dessa investigação podem-se considerar, ainda, as informações sobre as principais atividades desenvolvidas pelos familiares dos entrevistados⁷, em que se constatou que cerca de 56% trabalham na captura do pescado, 4% em atividades ligadas à pesca, tais como o conserto e confecção de apetrechos e comercialização do pescado, enquanto que 4% ocupam-se da agricultura e do extrativismo vegetal.

Assim, diante de um contexto em que a complementaridade entre terra e água ganha um papel relevante na sobrevivência diária tanto dos pescadores quanto de seus familiares, torna-se primordial que seja garantido, e facilitado o acesso desse segmento de trabalhadores a esses recursos.

PRINCIPAIS PROBLEMAS DE ACESSO DOS PESCADORES ARTESANAIS AOS RECURSOS NATURAIS (TERRA E ÁGUA)

Dentre os inúmeros problemas registrados durante as entrevistas, selecionaram-se aqueles que expressam interseções entre os processos sociais de uso e apropriação das terras e das águas. Para efeito de análise, foram agrupados por assunto e dimensionados a partir do número de ocorrências nas diversas áreas do estado. O resultado obtido pode ser observado na Figura 3.

Conforme se verifica, os problemas referentes aos aspectos organizacionais foram os de maior incidência (98% das Colônias), seguidos, respectivamente, pelos socioambientais e por aqueles que traduzem falta de visibilidade política. Os demais grupos apresentam frequências menores por serem específicos de determinadas regiões.

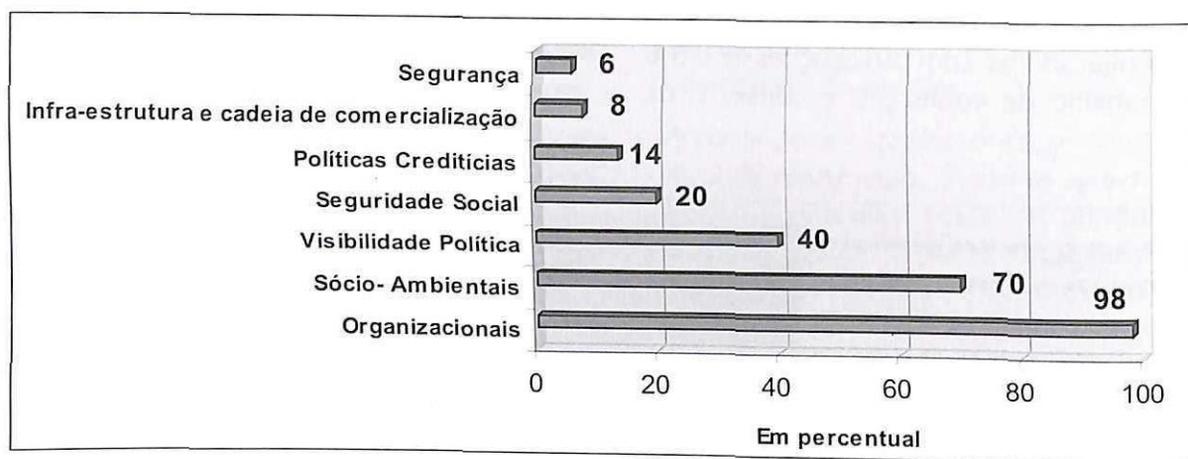


Figura 3. Principais problemas enfrentados por pescadores e seus familiares no que se refere ao acesso à terra e à água.

Fonte: Pesquisa de campo.

⁷ Nessa condição foram considerados os parentes (mulher, filhos, pais, sogros, cunhados, irmãos, primos etc.) residentes no mesmo domicílio do entrevistado.

Contudo, não significa dizer que os problemas neles contidos sejam de menor importância. No sentido de melhor explicitar esse quadro, as principais dificuldades encontradas são analisadas a seguir.

Aspectos Organizacionais

As comunidades pesqueiras de pequena escala são, geralmente, desprovidas de poder político ou econômico, mas, evidentemente, essa característica não é específica dessa região. Dependentes de recursos naturais móveis, com flutuações devidas a fenômenos de ordem ambiental e de ordem econômica (variações nos preços de mercado), tais comunidades são particularmente sensíveis ao que é apontado pela Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) como *fatores de pobreza e de vulnerabilidade*. (FAO, 2002, p. 69-73). Dentre esses fatores, além dos problemas de saúde que afetam as comunidades pesqueiras, essa entidade destaca a insegurança no acesso aos recursos; a tendência à diminuição desses recursos; o baixo status socioeconômico, cultural e político; a falta de apoio político e financeiro (frequentemente resultado de uma ênfase na pesca semi-industrial ou industrial); competição e conflito com barcos industriais e outros setores econômicos. São fatores que ocorrem também nas áreas aqui referidas, com graus diferentes de importância e frequência, que convergem para a vulnerabilidade e a pobreza nessa categoria. Em tal contexto, a capacidade de organização coletiva pode ser decisiva na busca de meios para enfrentar esses problemas.

O bom desempenho organizacional reflete no nível de fortalecimento da categoria. No caso das colônias de pesca paraenses, são visíveis os obstáculos enfrentados pela grande maioria, em consequência da falta de uma participação mais efetiva dos pescadores. No geral, as entidades enfrentam a precariedade de sua infra-estrutura material, haja vista o grande número das que estão empenhadas em aquisição de terreno e construção de sede própria. Várias precisam reformar e equipar sua sede.

Essa debilidade é acentuada pela dificuldade dos dirigentes em mobilizar e assegurar a participação ativa da maior parte da categoria, bem como em reduzir a inadimplência, isto é, o atraso crônico nas mensalidades por parte dos associados. De acordo com as informações obtidas, somente cerca de 20% dos sócios, em média, encontram-se com suas mensalidades em dia. Há exceções, representadas por algumas colônias que contam com cerca de metade dos sócios pagando regularmente. Um presidente referiu-se ao fato de estar anistiando pescadores em atraso como forma de atraí-los para o órgão de classe.

Um desafio enfrentado pelas entidades é o de atrair novos membros para seus quadros. Com efeito, apesar do fato de que a filiação a uma Colônia facilita o acesso a direitos relativos à profissão, ainda é reconhecidamente muito alto o número de pescadores não filiados. Os pescadores entrevistados referem-se a esses como *clandestinos*. De acordo com as estimativas dos presidentes ou diretores sobre o número de pescadores atuantes em sua área de jurisdição, supõe-se, como média geral no estado, que apenas a metade dos que exercem a atividade é filiada.

Os obstáculos organizacionais fragilizam os pescadores no enfrentamento dos problemas de acesso aos recursos pesqueiros. O depoimento a seguir, de um dirigente da Colônia de Santana do Araguaia, é ilustrativo da situação da maioria das colônias no estado. Seu depoimento expressa, ademais, uma peculiaridade específica de sua área, ao se referir às grandes distâncias de muitas comunidades em relação aos centros urbanos e, portanto, a uma estrutura mínima de serviços que não está disponível nessas áreas.

"A Colônia não tem a mínima estrutura para oferecer aos pescadores. Seria necessário um sistema de computação para legalizar os documentos e ter um contato melhor com a Federação de Pescadores e outros órgãos do setor da pesca para esclarecer as necessidades do pescador. A situação de funcionamento



da colônia é precária. Toda documentação da colônia é feita manualmente e com máquina datilográfica. Até para tirar cópia de documentos é preciso fazer um deslocamento de mais de 50 km."

Aspectos Socioambientais

Entre os principais problemas classificados como de cunho socioambiental, que vêm afetando os estoques de pescado, a devastação de áreas de florestas próximas aos rios foi o mais citado, registrando presença de norte a sul do estado. Além do assoreamento de cursos de água importantes, como o rio Araguaia na região Sudeste Paraense, essa prática, ao atingir as matas marginais, tem levado ao quase extermínio de pontos de concentração de pescados, conforme expressam muitos depoimentos.

A preocupação com a preservação do meio ambiente pode ser exemplificada na seguinte transcrição do relato de um dirigente da Colônia do município de Peixe-Boi, na Mesorregião do Nordeste Paraense, que diz respeito a uma interessante proposta de educação ambiental:

"... Planeja-se o desenvolvimento de uma campanha de preservação ambiental nas escolas, que objetiva gerar conscientização para as novas gerações. A iniciativa tem outros objetivos, uma vez que também esperamos recuperar as florestas das margens do rio. Hoje nos resta 40% das matas ciliares em Peixe-Boi. Já procurei reunir os proprietários de terra para que se sintam responsáveis em manter a floresta que ainda nos resta. Mas não aparece ninguém interessado. Consta no estatuto da Colônia que até 50 metros das margens do rio ou de várzea precisam ser preservados, porque se acabar a mata da beira de rio, acaba o peixe. Na área de várzea, por exemplo, plantam capim para criar boi, o que não é permitido. Vamos fazer um trabalho em cima disso para ver se conseguimos um resultado mais adiante".

Um outro problema apontado diz respeito à pesca de arrasto motorizado, cujos impactos, sobretudo nas regiões costeiras e estuarina, têm sido devastadores, com prejuízos imediatos ao segmento da pesca artesanal, que não tem o seu espaço físico respeitado, ainda que definido em lei. A situação

agrava-se em relação a algumas das espécies direcionadas ao comércio exterior, com destaque para a piramutaba (espécie de bagre), objeto da pesca industrial. Suscita também preocupações a pesca da lagosta ao longo da costa do Pará, que vem sendo praticada com intensidade crescente por barcos pertencentes a empresas nordestinas, sobretudo do Ceará, que aportam principalmente nos municípios de Augusto Corrêa e Bragança.

No caso da pesca artesanal, o reconhecimento de um real perigo de sobrepesca sobre diversas espécies flúvio-lacustres, levou a que o Governo Federal estendesse aos pescadores da região o benefício do seguro-desemprego, na década de 1990. Como destacado anteriormente, os instrumentos de captura artesanal são geralmente reconhecidos como seletivos e, por isso, de impacto menor quando comparados aos equipamentos mecânicos da frota industrial (BARTHEN, 1990). Mesmo assim, há indicadores de escassez de espécies capturadas pelas comunidades ribeirinhas, lacustres e costeiras. Um dos recursos sobre os quais muito se tem debatido é o caranguejo nos manguezais da costa paraense, que é alvo de intensa procura, abastecendo mercados locais e de outras regiões do país.

Por outro lado, o crescimento acentuado no número de pescadores em algumas regiões do estado, em decorrência da entrada de pessoas egressas da agricultura, do extrativismo ou, ainda, decorrente da migração de pescadores que buscam áreas mais piscosas em função da escassez de pescado na região de origem, são fatores que têm concorrido para o quadro aqui apresentado.

A situação de acentuada pressão sobre os estoques pesqueiros manifestada, em geral, pelos entrevistados em todo o estado, assume particular importância no contexto de tantas modificações socioambientais decorrentes da construção da barragem de Tucuruí, afetando tanto a jusante quanto a montante. Nas palavras de um dirigente da Colônia de Marabá:



"Quando não existia a barragem, só existiam as Colônias de Marabá e Conceição do Araguaia. Ao fechar a barragem houve uma migração muito grande de pescadores de outros lugares para a nossa região".

Esse informante refere-se ao fato de o lago formado pela represa ter se tornado produtivo para a pesca, estimulando intensa migração de famílias provenientes de outros municípios, notadamente os situados a jusante de Tucuruí – onde a pesca tornou-se escassa – para municípios situados à montante. Seu relato é corroborado pelas falas de pescadoras e pescadores entrevistados pela equipe em Tucuruí, dentre os quais predominaram pessoas não nativas desse município. Esse é o caso de Lucivaldo, pescador de 25 anos de idade que mora na casa de seu patrão (dono do barco), na condição de agregado, e é advindo de Cametá, há cerca de dois anos, pois, segundo ele, em seu lugar *"estava devagar e eu vim conhecer"*. Sr. Irã, também proveniente de Cametá, residente há três anos em Tucuruí, afirmou que naquele município estava difícil, *"não tinha mais o peixe"*, assim como a Sra. Teresa, de 42 anos, que deixou Cametá há 11 anos, com a família, *"porque o peixe passou tudo prá cá"* e seu marido comprou ilha no lago de Tucuruí. Situação similar foi expressa por Maria Rosa, de 46 anos, natural do mesmo município, há 7 anos em Tucuruí. Ela morava antes em localidade ribeirinha do município de Cametá, onde sua família dependia de uma multiplicidade de recursos:

"Lá não tinha como sobreviver. Lá a lavra é açai no verão. E no inverno, se a água é grande, nós faz tapagem... Tinha dia que era [pesca de] espinhel, malhadeira, matapi, tapagem de pari, esses tipos de mariscos. [Quanto à ida para Tucuruí] a cunhada me trouxe para passear e eu achei bom, naquela época aqui dava peixe".

Nesse sentido, um dirigente da Colônia de Marabá alertou para os efeitos dessa pressão demográfica, somados aos efeitos das mudanças ambientais no fluxo das águas:

"Isso fez com que houvesse um volume de captura excessiva, bem acima do que o recurso natural poderia

suportar. Resultado disso: mais desmatamento nas margens dos rios, assoreamento, aterramento dos lagos, invasão de pessoas nas margens do rio. Isso fez com que o hábito natural do rio se modificasse e o peixe migrasse para outros estados ou então teve seu processo de ovulação e desova afetado gravemente. Tudo contribuiu para que houvesse a redução do pescado nos rios do sul do Pará, um despovoamento dos rios da nossa região".

Um outro pescador, natural de Cametá, mas vivendo em Tucuruí praticamente desde que nasceu, avalia que houve melhoria na qualidade de vida, em razão da energia possibilitada pela hidrelétrica, que também trouxe contribuição na geração de emprego. Porém, *"no fundo trouxe inchamento, na área de pescaria trouxe muita gente e o pescador ficou em situação difícil"*. Segundo esse mesmo informante, as modificações territoriais no município também tiveram, por consequência, reorganizações no trabalho:

"Antes, a gente encostava [o barco] no porto. Hoje, depende de pagar transporte. A gente deixa o barco aqui no onze [nome do atual porto de desembarque de pescado] e paga vigia pro barco".

Morador na cidade de Tucuruí lembrou que, atualmente, a distância do porto, aliada à precariedade de transporte para o centro da cidade, faz com que os pescadores precisem pagar frete para ir para casa.

Além do crescimento populacional em ritmo mais acelerado, muitos entrevistados acentuam que as atividades mineradoras e agropecuárias, bem como as modificações ambientais decorrentes da construção de barragens, têm alterado a fauna aquática e reduzido a produtividade pesqueira. Os pescadores, portanto, experimentam cotidianamente os efeitos dos usos contraditórios dos recursos naturais e da inexistência da propalada gestão integrada dos ecossistemas.

No caso da agricultura, as áreas de pesca situadas no sudeste paraense registram, como problema, a poluição dos cursos d'água em função das grandes plantações de soja. Nesse aspecto, o relato de um dirigente, em Santana do Araguaia, traduz a preocupação existente:



“Em relação aos outros rios, o Araguaia é bastante limpo. Mas em Mato Grosso está tendo muita plantação de soja, que usa muito agrotóxico e herbicida para combater as pragas. As correntes de águas contaminadas com a chuva deságuam no Araguaia. É uma coisa que preocupa a gente”.

Ainda na região de influência da barragem de Tucuruí, presidentes e dirigentes de colônias e associações entrevistados convergem em manifestar insatisfações quanto aos efeitos da sua construção sem a consideração dos impactos ambientais, notadamente a mobilidade das espécies a jusante e a montante dos rios dessa região. Esses problemas têm sido já longamente manifestados, no entanto, a sua continuidade e a insuficiência das soluções tornam atuais as palavras desses informantes.

A esse respeito, vale a pena transcrever parte das entrevistas com dirigentes das Colônias dos municípios de Marabá, Cametá e Baião, respectivamente, todos situados à margem do rio Tocantins:

“A Hidrelétrica de Tucuruí cortou o fluxo natural de migração dos peixes. Quando houve essa quebra, a maioria dos peixes, principalmente de primeira qualidade, desapareceram. Dourada, Filhote, Surubim, Piabinha, Pintado e Curimatá. Esses peixes migravam do Amazonas para a nossa região para desovar. Daí o rio Tocantins ter uma povoação bem significativa e adequada para a atividade da pesca artesanal. Depois que a barragem fechou, o fluxo migratório dos peixes acabou. Resultado, por causa disso não só em Marabá, mas nos municípios paraenses que abrangem o Alto Araguaia-Tocantins, não se encontra peixes em grande quantidade”.

“A barragem trouxe uma conseqüência muito grande para nós. As lagoas marginais, por exemplo, sofrem um processo diferente. Quando a água começava a encher os peixes subiam aqui e chegava no lago. Desovava pelas proximidades de Baião. Depois descia para abastecer no Baixo Tocantins. Em janeiro, a água sobe e o peixe começa a desovar. Depois que é fechada a barragem essa ova depositada às margens dos rios começa a secar, prejudicando a reprodução. Antes, o peixe tinha várias áreas para desovar: em Tucuruí, Novo Repartimento e Jacundá. Hoje, os rios estão secando cada vez mais. Encontramos muitas ilhas no meio do rio”.

“A água do Tocantins baixa bastante de uma hora para outra. O peixe não consegue sair do mato. Isso tá acabando com o nosso peixe. Hoje praticamente nós

só temos três qualidades de peixe avortado [em grande quantidade, avultado], que é o Curimatá, Branquinha e Jatuarana. [...] Antigamente era bem melhor. As 6 da manhã no porto de Baião você via estourar peixe em quantidade. Era Aracu, Apapá e outros. Hoje nós não temos mais esses peixes. Eu tenho 47 anos de Tocantins. Quando fecharam a barragem, mataram toneladas e toneladas de peixe. Ainda hoje morre peixe, só que mais no inverno. A Colônia nunca teve uma conversa estreita com a Eletronorte. Todos os municípios no Tocantins foram prejudicados com a barragem. Isso acabou também com a plantação e a criação de animais na faixa ribeirinha, como era comum. Terminou a criação de galinha, pato e outros animais, cacauais, açazais etc. As casas foram inundadas. Muitos não foram indenizados. Não se interessaram por nós”.

Em municípios mais ao sul, às margens do rio Araguaia, os depoimentos convergiram em apontar os drásticos reflexos sobre o rio, devido à ocupação desordenada das terras e, ainda, desequilíbrios na fauna aquática.

“O assoreamento do rio Araguaia está crescendo demais. Esse ano secou como nunca tinha visto na minha vida. Está cortado em alguns pontos e há preocupação com essa devastação na beira do rio, que não acaba”.

Segundo argumentou um dirigente da Colônia de Conceição do Araguaia, tal fato ocorre em um contexto em que mais pessoas exercem a atividade pesqueira. Por outro lado, são freqüentes os relatos de desequilíbrio da fauna aquática naquela região e da necessidade de revisão da legislação relacionada à conservação, conforme trechos de entrevistas com dirigentes das Colônias de Conceição do Araguaia e de Santana do Araguaia, respectivamente:

“A dificuldade maior que enfrentamos é que o número de pescadores aumentou e os peixes diminuíram. Essa é a razão para não tirarmos mais carteiras. Outra preocupação que a colônia tem hoje nessa diminuição do pescado é o grande número de predadores naturais. O jacaré e a ariranha estão em grande abundância na região. (...) Precisamos de uma política ambiental para o Araguaia. A nossa proposta é que libere a pesca do jacaré. Hoje temos uma bacia com 52 lagos no município e esses lagos têm mais de três anos que não pescamos porque não tem praticamente peixe. Tudo cheio de ariranha.



Porque onde tem um cardume de ariranha naquele lago o peixe acaba". (J. L. N., 2001)

"Hoje, a procriação do pescado é bem menor, tem muita coisa deteriorada principalmente pelo homem. Os peixes de maior importância, Pescada branca, Tucunaré, Curvina, Surubim, são raramente encontrados na região. As demais espécies que restaram estão indo pelo mesmo caminho. Há um desequilíbrio da fauna aquática. Está havendo um aumento muito grande da Piranha e da Traíra, predadores naturais. Precisa controlar tudo isso".

Em função dos aspectos negativos causados pela construção de barragens em relação à pesca, outras grandes obras já anunciadas, como a hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu e a hidrovia Araguaia-Tocantins, vêm despertando um maior interesse e inquietação por grande parcela de pescadores que desenvolvem suas atividades nessas áreas, conforme atesta o relato de dirigente em Santana do Araguaia:

"A hidrovia Araguaia-Tocantins, se caso for concretizada, vai causar um certo impacto ambiental, um sério dano ao meio ambiente. Na execução do projeto, haverá necessidade de se fazer uma canalização do rio, mexendo com o seu leito. Há necessidade de revermos esse projeto...".

Invisibilidade Política

Muitos dirigentes de colônias mencionaram, como um dos problemas que atinge esse segmento, a falta de apoio por parte dos órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, conforme se observa nos relatos, entre os quais o de um dirigente de Colônia na Ilha de Marajó:

"Entre os principais problemas estão a ausência da Marinha que não aparece para legalizar a pesca e dar treinamentos aos pescadores, dar orientação e emitir a carteira marítima...".

Insatisfações em relação ao que parece ser indiferença do poder público municipal são comuns.

A esse respeito, um dirigente de colônia em município no Baixo Tocantins fala em "esvaziamento dos locais de procriação dos peixes, aparecimento de praias e a quase extinção do mapará". Tal como os outros colegas, ele reclama do não ressarcimento por esse tipo de prejuízo dos pescadores radicados em áreas a jusante da barragem. Além disso, chama a atenção para a necessidade de preservação das áreas de florestas, o que ocorre, em parte, por falta de medidas eficazes de fiscalização:

"Assistimos a um desmatamento ilegal na beira do rio. Não há respeito com a natureza. O limite das áreas de marinha não está sendo respeitado. Ainda por cima, estamos carentes de fiscalização. O IBAMA fica distante 300 km. Se hoje denunciarmos um problema, o IBAMA só aparece em dois ou três dias depois, sem condições de constatar o problema. Todos têm que ser fiscais. O pescador precisa ser o principal fiscal da natureza, porque ele sabe a espécie que está sendo capturada ou que esteja em falta".

Ainda sobre o descaso do poder público, alguns dirigentes chamam a atenção para a necessidade de regulamentação da pesca amadora, que vem sendo utilizada como estímulo ao turismo na região e que estaria, na sua opinião, causando excessiva pressão sobre os recursos. Tendo em vista as expectativas geradas com a expansão da pesca amadora, vale a pena considerar com atenção a gravidade do problema apontado, a fim de que haja compatibilidade entre essa nova atividade e os objetivos governamentais de fomentar o desenvolvimento sustentável.

Dificuldades no acesso à Seguridade Social e a programas de políticas públicas

De acordo com a atual legislação da Previdência Social, o pescador artesanal ocupa a condição de segurado especial⁸. Entre outros benefícios, listam-se os de aposentadoria aos 55 anos para mulheres e 60 para homens, licença-maternidade, auxílio-

⁸ Segurado Especial é uma categoria de beneficiários definida pela Previdência Social (Lei n. 8.213 de 24/7/1991) que se aplica aos trabalhadores rurais e pescadores artesanais.

doença, auxílio-reclusão e pensões. Além desses, há o programa do seguro-desemprego disponibilizado aos pescadores artesanais que desenvolvem suas atividades em áreas onde anualmente é estabelecido um período de defeso, quando ocorre a proibição da captura de determinadas espécies, visando à sua preservação. O pescador habilitado a esse benefício tem direito a receber um salário mínimo mensal durante o fechamento da pesca.

Considerando os dados obtidos no campo, observa-se que apenas 52,4% dos pescadores colonizados estavam inscritos na Previdência Social. Isto significa que uma parcela expressiva desse segmento encontra-se fora da rede de proteção social pública, o que torna ainda mais precária a situação financeira desses trabalhadores no período em que permanecem involuntariamente inativos.

Além do baixo nível de informação da categoria sobre os seus direitos, a falta de documentos pessoais e profissionais destaca-se como fator determinante na exclusão social de inúmeros pescadores. Pelo levantamento em campo, 23,8% não têm Carteira de Habilitação de Pescador e 36,3% não têm PIS/PASEP. Essa dificuldade pode ser exemplificada nos depoimentos de dirigentes das Colônias de Baião e de Marabá, respectivamente, a seguir transcritos:

"Outro problema enfrentado pela Colônia é a falta de documentos dos pescadores, pois vários procuram a Colônia e às vezes não possui nem carteira de identidade. A gente está revendo a documentação dos pescadores. Teve muitos benefícios que foram indeferidos por não terem sido preenchidos corretamente. Agora estamos tentando consertar para ver se conseguimos assegurar os benefícios do pescador. Têm pescadoras com 58 anos e pescadores com 66 anos que ainda não recebem a aposentadoria".

"Os direitos previdenciários, inclusive a Colônia está apta a abrir o processo para ter benefícios previdenciários, auxílio doença, auxílio maternidade, aposentadoria por idade, pensões previdenciárias e o auxílio-reclusão. A dificuldade é grande, porque o pescador é muito despreocupado com os seus documentos pessoais. A maioria dos pescadores não

são casados no civil. Então, quando ele morre, a esposa fica com dificuldade de provar a dependência. Essas são as maiores dificuldades encontradas pela Colônia nesse caso".

Às vezes, a falta de documentos deve-se ao fato de o órgão emissor estar distante, dificultando o acesso do pescador, conforme ilustra o relato a seguir, colhido na Colônia de Cametá:

"Outro problema é a emissão das carteirinhas pelo Ministério da Agricultura, que demora muito. Mandamos para Belém e não chega logo. Tem carteira que chegou depois de um ano e quatro meses. Acho que falta estrutura para emitir as carteiras e quem sai prejudicado é o pescador. Tem colega nosso que já deveria estar contando um, dois ou até três anos para receber a carteira e ficar apto para receber o seguro-desemprego, que tem carência de três anos. Além da diretoria da Colônia, que fica desgastada".

Muitos reclamam do excesso de burocracia e da demora na liberação dos recursos, como se verifica nos dois depoimentos a seguir, obtidos, respectivamente, em Mocajuba e São Caetano de Odivelas:

"Há dificuldade de conseguir benefícios do INSS. A entrevista é difícil. Os pescadores são pessoas humildes. Imagina fazer entrevista com pessoas que eles nunca viram. Eles se enrolam demais, não respondem direito às perguntas. Assim fica difícil. Mesmo assim, a gente consegue".

"Muita demora em conseguir benefícios no INSS – aposentadoria, auxílio etc. Há dificuldades do INSS em aceitar as mulheres como pescadoras. Geralmente eles indeferem os processos. Demora muito tempo. Para os homens é mais fácil conseguir".

Da mesma forma, quando se referem ao programa do seguro-desemprego, através do qual é assegurado ao pescador artesanal um salário mínimo mensal durante o período do defeso, como dito acima, a falta de documentação e os entraves burocráticos são os principais fatores restritivos apontados, conforme ilustra o relato de um entrevistado em Conceição do Araguaia:

"O cidadão tem que ter três anos [de exercício comprovado da atividade] para tirar a carteira do IBAMA. É muita burocracia para tirar o seguro-desemprego para o pescador. O seguro-desemprego formal⁹ é a maior facilidade. Já para a categoria de pescadores é muito difícil. Então, como é uma categoria muito desinformada, dificulta mais ainda".

Deve-se ressaltar que apenas a metade dos pescadores filiados, que desenvolvem suas atividades em área de defeso, tem acesso a esse benefício. Contudo, pelos dados coletados, verifica-se um crescimento acentuado no atendimento aos pescadores: que do total de beneficiados, 55,6% credenciaram-se nos últimos três anos.

O acesso a outros programas de políticas públicas, como o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor) e a linhas de financiamento como o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), torna-se ainda mais difícil. Apenas 24% dos pescadores filiados tinham conhecimento do Planfor e somente 2,3% haviam participado de algum curso de qualificação desse programa.

Apenas 11% tiveram acesso aos programas de financiamento, sendo metade desses ao FNO, para o qual são dirigidas muitas críticas, a exemplo dos relatos colhidos em Colônia em Mocajuba e em uma Associação de pescadores no nordeste paraense:

"Outro problema é a demora para conseguirmos financiamento. Já estamos com três anos e não tivemos resposta pra conseguir o financiamento do BASA. É muito difícil. É muita exigência. É muito documento. Nem sempre a gente consegue".

"Tem muita gente que se associa [à Colônia] para querer financiamento, alguma coisa em troca. Conseguimos financiamentos pelo FNO, ganhamos 5 barcos equipados. Mas estamos com dificuldade de pagar o BASA. Antes, qualquer pessoa conseguia financiamento para a pesca".

Precariedade de infra-estrutura e de comercialização

A precariedade de infra-estrutura e de comercialização foi citada por dirigentes de colônias das várias regiões do estado, como outro difícil problema a ser enfrentado. Mesmo nos locais onde a produção do pescado destaca-se, não há infra-estrutura adequada de conservação e de escoamento, como se verifica nos depoimentos a seguir:

"O problema principal é a falta de infra-estrutura. Apesar de Marabá ser um grande ponto de produção, nós não temos uma fábrica de gelo adequada, sistemas de beneficiamento de peixes, câmara frigorífica para estocagem, espaço para melhor comercializar o peixe, geralmente vendido em feira livre. Nós vendemos a qualquer preço pro marreteiro, senão a gente perde. Porque não tem como estocar, tem pouco gelo. Se o preço tiver R\$ 1,20 você tem que vender entre R\$ 0,40 e R\$ 0,70 para o atravessador. O pescador não tem opção. É precário o sistema de comercialização e estocagem".

"As duas fábricas de gelo existentes em Marabá não conseguem suprir as necessidades. Pra se ter uma idéia nós trazemos gelo de Belém, São Luis e outros municípios. Pra se ter uma idéia a capacidade dessas duas fábricas é 18 toneladas/dia. Na época da pesca, a nossa capacidade chega a 400 toneladas/dia".

Nesse contexto é comum verificar que as Colônias vêm priorizando, em suas programações, o planejamento de execução de obras de infra-estrutura, como é o caso de duas Colônias localizadas no Baixo Tocantins:

"Pretendemos, com recursos próprios da Colônia, fazer uma fábrica de gelo, que é caro e a Colônia fornecendo esse produto sai mais em conta. Planejamos também construir um trapiche nos fundos da Colônia, que fica na beira do rio. Isso porque o prefeito não quer que desembarque o peixe no trapiche municipal para não dar urubu. Eu até conversei com ele, mas não adiantou nada. É por isso que é importante nós termos o nosso próprio trapiche para vender o pescado".

"... A gente sonha também ter uma fábrica de gelo".

⁹ O seguro-desemprego formal é um benefício concedido ao trabalhador assalariado com carteira de trabalho assinada.

Falta de segurança no desenvolvimento da atividade pesqueira

Os atos de *pirataria* referem-se aos assaltos às embarcações, muitas vezes com violência, que ocorrem sobretudo nas áreas costeiras e estuarinas. Eles têm se intensificado nos últimos anos e sua solução constitui-se na principal demanda dos pescadores artesanais aos órgãos responsáveis pela segurança pública. Os relatos, a seguir transcritos, de lideranças de pescadores em municípios costeiros, dão a dimensão desse problema:

"A pirataria é muito grave na região. Usam da violência para roubar os pescadores. Os assaltos são em alto mar. Tiram rede malhadeira, motor etc. Em 2000, três barcos foram roubados".

"A pirataria é muito difícil. A gente não tem apoio das autoridades governamentais. Não sabemos para quem pedir socorro. Se pedirmos pra polícia, ela quer que pague alguma coisa para acompanhar o caso. Então, fica difícil. Os pescadores ficam com medo de comprar embarcação. Estão vendendo a preço de banana".

Outra dificuldade encontrada, mais especificamente nas mesorregiões de Marajó, do sudeste e do sudoeste paraenses, diz respeito a casos correntes de disputas entre pescadores artesanais e proprietários ou ocupantes de terras, que pretendem proibir o acesso dos pescadores a lagos e rios tidos como parte das suas propriedades ou posses. Entre os relatos obtidos sobre a ocorrência de conflitos pelo acesso aos espaços, estão os de dirigentes de uma colônia do sudeste paraense e do município de Altamira, transcritos abaixo:

"Em Redenção, ouvimos relatos gravíssimos de conflitos entre pescador e fazendeiro. O pescador é perseguido pela polícia e pelos fazendeiros. Mas a lei é clara. O cidadão profissional pode pescar em lagos e igarapés. Mas os fazendeiros que acham que são donos do mundo querem proibir os pescadores de pescarem na área em que a fazenda faz divisa com o rio. Ele se acha dono do rio. Isso dificilmente acaba. (...) Tem grande número de pescadores clandestinos que faz arruaça, mata ou rouba gado. Geralmente os fazendeiros botam a culpa nos pescadores. Somos mal vistos por eles. Procuramos [refere-se à iniciativa

da entidade] os fazendeiros, conversamos. Temos parcerias com vários fazendeiros para resolver a divergência. Mas têm outros que não querem acordo. (...) Para resolver o problema tem que ter apoio do IBAMA para legalizar essas áreas privadas".

"Um dos principais problemas é a delimitação de propriedades, pois o município passa muito por essa situação. Quando o espaço não é indígena, é de propriedade de fazendeiros que também se consideram proprietários dos rios".

"Já morreram mais de 50 pessoas vítimas do conflito entre madeireiros nös últimos anos. Há um roubo de madeira que provoca muita violência. Deixei de mariscar de noite com medo de morrer. Os madeireiros transportam muita madeira clandestina pela beira do rio. Vários pescadores foram ameaçados para não denunciarem sobre o transporte ilegal de mogno. É muito mogno, principalmente da área indígena".

Os relatos apontam o problema do "roubo de gado", o que é freqüentemente alegado como razão para a necessidade de proibição ou de maior controle sobre a navegação e a pesca nos rios e lagos adjacentes às fazendas, em diferentes áreas do estado. Ademais, menciona-se a extração ilegal de madeira, cujo transporte é feito através de rios, representando perigo para aqueles que testemunham essas práticas, como é o caso dos pescadores. Esse é um claro exemplo de como conflitos decorrentes de usos e modos de apropriação de recursos naturais terrestres incidem diretamente sobre as condições de trabalho nas águas e representam obstáculos ao acesso dos pescadores a seus meios de vida.

CONCLUSÕES

Vários são os fatores vivenciados em terra que acarretam interferências no desenvolvimento das atividades nas águas, o que justificou o título dado a este artigo. Com base no levantamento junto a dirigentes de Colônias e Associações de Pesca, bem como a pescadores e pescadoras, identificaram-se diversas expressões de tais interferências. Como dito

no início, o conjunto de problemas levantados diz respeito às dificuldades cotidianas de acesso aos recursos pesqueiros pelos pescadores, que por sua vez resultam dos usos sociais não apenas desses recursos especificamente pesqueiros, como também refletem os usos sociais da natureza em geral na região e as relações entre grupos e interesses que disputam entre si o usufruto privilegiado das fontes de bens primários ou o poder de decisão sobre as modalidades e os destinos da produção.

Os relatos chamaram a atenção para impactos ambientais de atividades econômicas exercidas em terra e nas águas, com destaque para a pecuária, a monocultura de exportação, a mineração, a pesca em grande escala, o extrativismo vegetal e, particularmente, os efeitos decorrentes da implantação de barragens. Destacaram-se, igualmente, os deslocamentos populacionais relacionados às transformações socioambientais, suscitando em diversas áreas do estado o incremento da população que demanda a pesca como meio de vida.

No geral, ficou evidente que as entidades representativas dos pescadores – colônias e associações – enfrentam a precariedade de sua infra-estrutura material. Essa precariedade é acentuada pela dificuldade dos dirigentes em mobilizar e assegurar a participação ativa da categoria, bem como em reduzir a inadimplência dos associados. Permanece o problema da falta de identificação de grande parte dos pescadores e pescadoras com as colônias, no sentido de sua representação. Com efeito, apesar do fato de que a filiação a uma colônia facilita alcançar direitos relativos à profissão, ainda é reconhecidamente muito alto o número de pescadores que não estão filiados.

A despeito dessa situação que reforça a chamada invisibilidade política da categoria, constataram-se, em grande número de colônias, iniciativas voltadas à resolução de problemas, notadamente

os relacionados ao meio ambiente, que foram apontados como um dos mais graves que afligem os pescadores. São exemplares as proposições de educação ambiental, a formulação de demandas junto a órgãos públicos, a promoção ou a participação em reuniões e a formação de comitês para resolver conflitos e elaborar propostas para ordenamento da pesca e das atividades que incidem sobre os ecossistemas aquáticos. Vale ainda ressaltar os acordos de pesca em áreas onde há conflitos entre grupos de pescadores e a procura por fiscalização por parte do IBAMA e de fiscalização compartilhada.

Como visto, a *insuficiência do apoio governamental*, quer na esfera municipal, estadual ou federal, foi sublinhada nas falas dos dirigentes. Por outro lado, a precariedade da infra-estrutura nos municípios, tais como locais adequados para o desembarque, a conservação e a comercialização do pescado, são entraves citados com frequência, incorrendo em prejuízos aos pescadores na medida em que, nessas condições, eles se vêem obrigados a vender a produção por preços desvalorizados, reproduzindo uma situação secularmente referida na literatura em relação aos pescadores na Amazônia. Nesse quadro, ressaltaram finalmente os problemas relativos à insegurança nas águas, que recentemente assumiram graves proporções e para os quais também reclamam a falta de medidas governamentais eficazes.

Em síntese, nos depoimentos coletados, terra e água apareceram como espaços de relações sociais, de poder e de conflitos, onde se entrecruzam diferentes atores sociais em diversas modalidades de produção para o mercado. Sob esse prisma, os produtos resultantes dos diferentes trabalhos lá executados – madeiras, pescados, bens minerais, manufaturados, alimentos etc. – espelham as contradições do contexto social em que são produzidos: resultam uns em detrimento de outros e de suas fontes naturais e sociais.

REFERÊNCIAS

- BARTHEN, Ronaldo. 1990. Descrição da pesca da piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*, Pimelodidae) no estuário e na calha do rio Amazonas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Antropologia*, Belém, v. 6, n. 1.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. 1995. *Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima*. São Paulo: NUPAUB-USP. 269 p.
- FAO-Fisheries Department. 2002. *The state of fisheries and aquaculture, 2002*. Rome: FAO.
- FURTADO, Lourdes de Fátima Gonçalves. 1987. *Currálistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 366 p.
- GEISTDOERFER, Alette. 1985. Introduction. *Anthropologie Maritime*. Paris, n. 2, p. 5-7.
- GODELIER, Maurice. 1984. *L'idéal et le matériel; pensée, economies, sociétés*. Paris: Fayard. 348 p.
- IBAMA. 2003. *Estatística da pesca 2001. Brasil; grandes regiões e unidades da Federação*. Disponível em: <<http://www2.ibama.gov.br/recursospesqueiros/downloads/estati2001.pdf>>. Acesso em: 05 de mar. 2004.
- LEITÃO, Wilma. 1997. *O pescador mesmo: um estudo sobre o pescador e as políticas de desenvolvimento da pesca no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Pará, Belém, 162 p.
- LOUREIRO, Violeta. 1985. *Parceiros do mar*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.
- MELLO, Alex Fiúza de. 1985. *A pesca sob o capital*. Belém: Universidade Federal do Pará.
- PARÁ. SETEPS. 2003. *A pesca artesanal no Estado do Pará: perfil sócio-econômico e organizacional dos pescadores filiados às colônias*. Belém: SETEPS/SINE-PA. 124 p.

Recebido: 05/09/2003

Aprovado: 12/07/2004

